

L. CANFORA, *The True History of the So-called Artemidorus Papyrus, with an Interim Text*. Bari: Edizioni di Pagina, 2007, 200 pp., ISBN 978-88-7470-044-8

Este livro, de título esclarecedor, visa essencialmente coligir uma série de argumentos com os quais se pretende questionar e propor uma alternativa à atribuição a Artemidoro do texto que se registaria no famoso papiro ao qual a comunidade científica tem dado nos últimos anos uma particular atenção. Em boa verdade, esta postura crítica acaba por assumir, pela notoriedade que o documento ganhou, uma considerável importância que se aproxima da que esse excepcional achado papirológico concitou. Alimenta-se, desta forma, uma polémica bastante viva, que teve o seu ponto mais mediático com a negação da autenticidade do documento, merecendo da imprensa um destaque pouco habitual na discussão de questões científicas tão especializadas.

A obra que aqui se recenseia orienta-se, em primeiro lugar, para a explanação de alguns problemas relacionados com a vida e obra de Artemidoro, partindo da conhecida referência cronológica da sua missão a Roma na 169.ª olimpíada (i. e. 104-100 a. C.), o que lhe teria valido uma homenagem pública na sua Heracleia natal. Sobreleva, no conjunto das considerações iniciais, a natureza da sua viagem até ao extremo ocidental do mundo romano e à sua informação, em particular no que se refere à conhecida descrição do Promontório Sacro, comentada por Possidónio e transmitida, com as considerações críticas deste, pelo texto de Estrabão. Estes e outros elementos colhidos na obra geográfica do heracleiense, conhecida apenas de forma muito fragmentária, não nos permitiriam fazer uma ideia consistente do seu conteúdo informativo, podendo mesmo conduzir, como sublinha L. Canfora (p. 16), a que se lhe atribuam elementos que na realidade não lhe pertencem.

A relação entre o texto «completo» de Artemidoro e as suas építoles merecem especial atenção, uma vez que uma das chaves da argumentação se vai situar precisamente na questão desta dualidade textual, em especial na que diz respeito ao resumo que Marciano leva a cabo. Através da análise das referências que perduram na tradição literária de período bizantino, o Autor aceita que a extensa obra de Artemidoro não era normalmente conhecida, mas citava-se a sua forma abreviada e não sua versão «completa».

Uma segunda parte, da responsabilidade de Rosa Otranto, lança um olhar crítico sobre o próprio papiro em si, incidindo particularmente

nas questões do seu processo de elaboração e cronologia. Após a selecção de transcrições (pp. 32-35) de um texto de Claudio Gallazzi publicado no catálogo da exposição *Le tre vite del Papiro de Artemidoro. Voci e sguardi dall'Egitto greco-romano*, onde se explanam precisamente as ideias sobre as três fases da seu processo constitutivo, descreve-se sumariamente a sua história recente e apresenta-se uma descrição sumária das suas principais características, pondo-se em evidência alguns problemas, sublinhando-se algumas hesitações e apontando-se dificuldades que subsistem na interpretação consagrada. Deixa-se, por fim, um rol de questões (pp. 50-51), entre as quais sobrelevam as relativas à cronologia proposta pelos editores para a sua elaboração (século I a. C.-século I d. C.), deixando o caminho aberto para a hipótese da sua datação mais tardia.

No capítulo seguinte L. Canfora prossegue numa linha semelhante de compreensão estrutural do documento, procurando determinar o real conteúdo do livro a que pertenceria este fragmento conservado. Como ilação mais relevante, conclui que a estrutura da obra deveria corresponder a uma introdução geográfica, seguida de uma descrição periplográfica, em forma de epítome, como se assinalaria no próprio texto conservado da coluna V,15 (p. 57). Sustenta, por isso, que este papiro conteria um texto resultante essencialmente da informação colhida no resumo que Marciano fez da conhecida obra geográfica de Artemidoro.

A discussão centra-se, de seguida, na sequência textual que serviu de base à atribuição do papiro, correspondente ao frg. 21 Stiehle, extraído na obra *De administrando imperio* de Constantino Porfirogénito, um autor do século X, onde se indicava que esse texto, semelhante ao da col. IV, 1-14 do documento em análise, se tomava de Artemidoro, do livro II *τὸν ἑκείνου*. Depois de dar um importante contributo para uma edição crítica desse fragmento (p. 60-79), analisa comparativamente os dois excertos. Desta confrontação resultaria, em suma, que o passo em questão deveria remontar, não à obra integral do heracleiense, mas à sua epítome, realizada por Marciano, numa data que situaria entre os séculos IV e VI da nossa era. Deste modo, para além de se negar a sua autoria tradicional, tornar-se-ia igualmente insustentável a cronologia muito mais precoce proposta pelos editores do controverso papiro.

No capítulo seguinte, em clave de síntese, L. Canfora compila, de forma resumida, uma cadeia argumentativa em onze pontos (p. 96-99), que termina com a afirmação: «this is why the papyrus cannot be

Artemidorus». Nesta sequência desempenha uma particular relevância a análise do processo de construção das obras tanto de Constantino como de Estêvão de Bizâncio, uma das suas principais fontes. Na realidade, a argumentação de Canfora parte precisamente da questão da ausência na epitome deste último, atribuída a Hermolao, de uma referência à divisão da Ibéria, mas que ocorre no texto do Porfirogênio, aspecto que só poderia remontar à versão abreviada da extensa obra de Artemidoro, devida a Marciano de Heracleia, que na tradição literária era claramente preferida à sua forma completa.

Neste ponto poderia ser útil, na perspectiva do Autor, assinalar o anacronismo que implicava a referência às três províncias romanas da Hispânia em *De administrando imperio* 23 ao considerá-la informação originária de Estêvão de Bizâncio. De qualquer modo, essa manifesta desatualização da informação é igualmente válida para o caso de Marciano, que Canfora coloca na centúria anterior, isto é, no século V, muito depois da repartição da Hispânia em cinco partes e, em outras circunstâncias, também para o próprio Artemidoro, que não chegou a conhecer a divisão da Ulterior.

Na argumentação final (p. 99) volta a aflorar o que considera uma incongruência para os que sustentam a atribuição ao erudito de Heracleia do texto em causa: a inclusão de «toda a Lusitânia» ('ca KARATIV *Awnxaviav navm*, col. IV, 13-14) na Hispânia Ulterior, considerando-o um equívoco. No entanto, não pode causar espanto que nos finais do século II a. C. as fontes clássicas coevas se reportem nestes termos à Lusitânia - não, naturalmente, à circunscrição administrativa criada por Augusto, mas à realidade sob a qual se colocavam as entidades que tinham sustentado uma dura guerra com Roma. Nem deve surpreender que Gades se incluía nessa sequência, tendo em conta o âmbito geográfico claramente meridional das populações hispânicas envolvidas neste conflito e dos territórios em que estas se movimentam.

Ainda no âmbito das questões mais concretas e pertinentes ao extremo ocidente se inclui uma referência a *Salacia*, como exemplo de uma das inadequações da informação contida no papiro, caso se mantivesse a atribuição tradicional (p. 10, nota 9). A alusão ao porto dos *Saiakeinoi* levantaria duas importantes questões concretas: uma delas, sugerida por J. Cardim Ribeiro, decorreria do facto de o topónimo antigo, que vigoraria no tempo de Artemidoro, ser *Beuibus*, considerando como assente que só numa fase pós-cesariana a cidade receberia a nova designação com que aparece nas fontes posteriores.

A proposta de cronologia desta designação toponímica não passa, manifestamente, de uma conjectura que necessitaria de ser provada e para a qual não conheço - nem é invocada - nenhuma prova consistente. Não surpreende que entre muitos linguistas se continue a considerar mais viável a possibilidade de o apelativo em causa ter, na realidade, uma origem pré-romana, uma vez que o nome inclui elementos igualmente bastante comuns no âmbito da onomástica do Ocidente hispânico. É certo que as cunhagens atestam um nome diferente, mas não se pode esquecer que para elas se propõe geralmente uma cronologia da segunda metade do século II a. C. (GARCIA-BELLIDO, M. R; BLÁZQUEZ, C., *Diccionario de cecas y pueblos hispánicos*. Madrid: CSIC, 2001, vol. II, p. 333). Não seria surpreendente que nesta fase de profundas transformações - estamos a falar dos inícios do século I a. C. - se identificasse o lugar pelo termo geral de «porto» seguido de um etnónimo não derivado de um nome de lugar de marcada feição «meridional» que se perderá, num momento impreciso, mas seguramente anterior ao principado de Augusto.

L. Canfora considera ainda um erro, devido a Ptolomeu, incluir-se *Salacia* entre o elenco das cidades costeiras e, desse modo, integrada numa típica descrição periplográfica. Creio estar fora de questão, perante a profunda evolução deste sector da costa marítima na zona da foz do Sado, ser adequado definir-se o que pode parecer hoje um aglomerado «interior» como Alcácer do Sal, como uma típica cidade marítima, tal como o era *Olisipo* / Lisboa, *Baesuris* / Castro Marim ou *Kilibe* / Silves. Não creio, por isso, que este argumento possa ter qualquer validade quando se trata de contestar a atribuição a um autor anterior ao geógrafo alexandrino.

Ainda que estas objecções particulares contrariem alguns argumentos secundários que se veiculam nesta obra, não visam a argumentação principal invocada pelo Autor desta obra que tem, entre outros, o grande mérito de suscitar importantes questões e de, desde logo, reclamar uma maior atenção no processo de atribuição dos textos antigos. A complexa realidade da transmissão textual no mundo antigo impõe, por vezes, uma abertura a um leque maior de possibilidades quando se trata de definir a autoria de um texto determinado e, também por esse facto, se deve um especial reconhecimento aos que associam o seu nome a este estimulante trabalho.

Amílcar Guerra